



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
1720230966385



1. Responsável Técnico
MARCELO LUBAS

Título profissional:
ENGENHEIRO FLORESTAL

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA**

AV. DUQUE DE CAXIAS, 800
CENTRO - MATELANDIA/PR 85887-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: **22/02/2023**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira**

3. Dados da Obra/Serviço

AV. DUQUE DE CAXIAS, 800
CENTRO - MATELANDIA/PR 85887-000

Data de início: **22/02/2023**

Previsão de término: **22/05/2023**

Finalidade: **Ambiental**

Coordenadas Geográficas: **-25,239191 x -53,987834**

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA**

4. Atividade Técnica
Elaboração

[Estudo] de planejamento ambiental

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Manancial - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Matelândia - PMIC nº 043/399

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por MARCELO LUBAS, registro Crea-PR PR-23078/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 22/02/2023 e hora 14h25

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confex.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

RNP: **1702473163**

Carteira: **PR-23078/D**

Registro/Visto: **61084**

CNPJ: **76.206.465/0001-65**

CNPJ: **76.206.465/0001-65**

Quantidade	Unidade
1,00	SERV

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATELÂNDIA - CNPJ: 76.206.465/0001-65

Valor da ART: R\$ 254,59

Registrada em: **23/02/2023**

Valor Pago: R\$ 254,59

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Nosso número: **2410101720230966385**

A autenticidade deste ART pode ser verificada em: <https://servicos.crea-pr.org.br/publica/art>
Impresso em: **03/03/2023 16:28:59**

www.crea-pr.org.br





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 1

ART de Obra ou Serviço
1720231162026



1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional:

ENGENHEIRO FLORESTAL

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

RNP: 1702473163

Carteira: PR-23078/D

Registro/Visto: 61084

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE**

CNPJ: 78.101.821/0001-01

RUA RUI BARBOSA, 202

CENTRO - VERA CRUZ DO OESTE/PR 85845-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 03/03/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA RUI BARBOSA, 202

CENTRO - VERA CRUZ DO OESTE/PR 85845-000

Data de início: 03/03/2023

Previsão de término: 05/06/2023

Coordenadas Geográficas: -25,058979 x -53,876823

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE**

CNPJ: 78.101.821/0001-01

4. Atividade Técnica

Elaboração

[Estudo] de planejamento ambiental

Quantidade

1,00

Unidade

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Biodiversidade Plano Municipal do ICMS Ecológico de Vera Cruz do Oeste - PMIC n° 044/389

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local, de data de

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE - CNPJ: 78.101.821/0001-01

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br.
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 254,59

Registrada em: 03/03/2023

Valor Pago: R\$ 254,59

Nosso número: 2410101720231162026

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>
Impresso em: 17/08/2023 14:59:26

www.crea-pr.org.br





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

ART de Obra ou Serviço
1720231204993

Página



1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional:

ENGENHEIRO FLORESTAL

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

RNP: 1702473163

Carteira: PR-23078/D

Registro/Visto: 61084

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOESTE**

CNPJ: 80.881.915/0001-92

AV. MARECHAL CÂNDIDO RONDON, S/N
CENTRO - LINDOESTE/PR 85826-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 07/03/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. MARECHAL CÂNDIDO RONDON, S/N
CENTRO - LINDOESTE/PR 85826-000

Data de Início: 07/04/2023

Previsão de término: 07/06/2023

Coordenadas Geográficas: -25,270873 x -53,571361

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOESTE**

CNPJ: 80.881.915/0001-92

4. Atividade Técnica

Elaboração

(Estudo) de planejamento ambiental

Quantidade

Unidade

1,00

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração do plano PMIC Biodiversidade - Plano Municipal do ICMS Ecológico de Lindoeste - PMIC n° 045/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local

de

data

de

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOESTE - CNPJ: 80.881.915/0001-92

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confex.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso ao site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 254,59

Registrada em: 07/03/2023

Valor Pago: R\$ 254,59

Nosso número: 2410101720231204993

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>

Impressão em: 17/08/2023 15:01:06

www.crea-pr.org.br





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná



ART de Obra ou Serviço
1720231618895

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional:

ENGENHEIRO FLORESTAL

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

RNP: 1702473163

Carteira: PR-23078/D

Registro/Visto: 61084

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**

CNPJ: 76.208.834/0001-59

AV. TANCREDO NEVES, 502

CENTRO - CAPITÃO LEONIDAS MARQUES/PR 85790-000

Contrato: (Sem número)

Colaborado em: 17/03/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. TANCREDO NEVES, 502

CENTRO - CAPITÃO LEONIDAS MARQUES/PR 85790-000

Data de Início: 17/03/2023

Previsão de término: 19/06/2023

Coordenadas Geográficas: -25,490126 x -53,60621

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES**

CNPJ: 76.208.834/0001-59

4. Atividade Técnica

Elaboração

(Estudo) de planejamento ambiental

Quantidade

1,00

Unidade

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Biodiversidade - Plano Municipal ICMS Ecológico Capitão Leônidas Marques PMIC nº 046/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____
Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES - CNPJ: 76.208.834/0001-59

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confrea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 254,59

Registrada em: 28/03/2023

Valor Pago: R\$ 254,59

Nosso número: 2410101720231618895

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>

Impressão em: 17/08/2023 15:01:51

www.crea-pr.org.br





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

Página 1

ART de Obra ou Serviço
1720232307893



1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional:

ENGENHEIRO FLORESTAL

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

RNP: 1702473163

Carteira: PR-23078/D

Registro/Visto: 61084

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA**

CNPJ: 76.288.760/0001-08

AV PRESIDENTE BERNARDES, 809

CENTRO - ROLÂNDIA/PR 86600-067

Contrato: (Sem número)

Coloçada em: 04/05/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV PRESIDENTE BERNARDES, 809

CENTRO - ROLÂNDIA/PR 86600-067

Data de Início: 04/05/2023

Previsão de término: 04/08/2023

Coordenadas Geográficas: -23,315612 x -51,367508

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA**

CNPJ: 76.288.760/0001-08

4. Atividade Técnica

Elaboração

[Estudo] de planejamento ambiental

Quantidade

Unidade

1,00

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Manancial - Plano Municipal ICMS Ecológico - Rolândia - PR - PMIC n° 047/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____
Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA - CNPJ: 76.288.760/0001-08

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confex.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 254,59

Registrada em: 04/05/2023

Valor Pago: R\$ 254,59

Nosso número: 2410101720232307893

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>
Impressão em: 17/08/2023 15:03:47

www.crea-pr.org.br





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

Página 1



ART de Obra ou Serviço
1720232308458

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional:

ENGENHEIRO FLORESTAL

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

RNP: 1702473163

Carteira: PR-23078/D

Registro/Visto: 61084

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA**

CNPJ: 77.721.363/0001-40

RUA SÃO PAULO, 80

CENTRO - ORTIGUEIRA/PR 84350-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 04/05/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA SÃO PAULO, 80

CENTRO - ORTIGUEIRA/PR 84350-000

Data de Início: 04/05/2023

Previsão de término: 04/08/2023

Coordenadas Geográficas: -24,21115 x -50,924978

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA**

CNPJ: 77.721.363/0001-40

4. Atividade Técnica

Elaboração

[Estudo] de planejamento ambiental

Quantidade

1,00

Unidade

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Biodiversidade - Plano Municipal ICMS Ecológico - Ortigueira - PR - PMIC n° 048/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local _____ de _____ de _____

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORTIGUEIRA - CNPJ: 77.721.363/0001-40

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br.

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 254,59

Registrada em: 04/05/2023

Valor Pago: R\$ 254,59

Nosso número: 2410101720232308458

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>
Impresso em: 17/08/2023 15:03:29

www.crea-pr.org.br

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná



ART de Obra ou Serviço
1720232314458

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional:

ENGENHEIRO FLORESTAL

RNP: 1702473163

Carteira: PR-23078/D

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

Registro/Visto: 61084

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA**

CNPJ: 75.972.760/0001-60

AV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080

CENTRO - CAPANEMA/PR 85760-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 04/05/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080

CENTRO - CAPANEMA/PR 85760-000

Data de Início: 04/05/2023

Previsão de término: 04/08/2023

Coordenadas Geográficas: -25,670831 x -53,808025

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA**

CNPJ: 75.972.760/0001-60

4. Atividade Técnica

Elaboração

[Estudo] de planejamento ambiental

Quantidade

1,00

Unidade

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Biodiversidade - Plano Municipal ICMS Ecológico - Capanema - PR - PMIC nº 049/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

_____, _____ de _____ de _____
Local data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - CNPJ: 75.972.760/0001-60

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confrea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 254,59

Registrada em: 04/05/2023

Valor Pago: R\$ 254,59

Nosso número: 2410101720232314458

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>
Impressão em: 17/06/2023 15:03:57

www.crea-pr.org.br

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
1720232337318



1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional

ENGENHEIRO FLORESTAL

RNP: 1702473163

Carteira: PR-23078/D

Registro/Visto: 61084

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE**

CNPJ: 80.882.095/0001-53

AV. PARANÁ, 61

CENTRO - SANTA TEREZA DO OESTE/PR 85825-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 05/05/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. PARANÁ, 61

CENTRO - SANTA TEREZA DO OESTE/PR 85825-000

Data de início: 05/05/2023

Previsão de término: 07/08/2023

Coordenadas Geográficas: -25,054737 x -53,623244

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE**

CNPJ: 80.882.095/0001-53

4. Atividade Técnica

Elaboração

Quantidade

Unidade

[Estudo] de planejamento ambiental

1,00

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Manancial - Plano Municipal ICMS Ecológico Santa Tereza do Oeste - PMIC nº 050/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local _____ de _____ de _____

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZA DO OESTE - CNPJ: 80.882.095/0001-53

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0057



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 254,59

Registrada em: 08/05/2023

Valor Pago: R\$ 254,59

Nosso número: 2410101720232337318

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>
Impresso em: 17/06/2023 15:05:36

www.crea-pr.org.br

CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
1720232758445

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional:

ENGENHEIRO FLORESTAL

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

RNP: 1702473163

Carteira: PR-23078/D

Registro/Visto: 61084

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

CNPJ: 76.170.240/0001-04

PC HORACIO KLABIN, 37

CENTRO - TELEMACHO BORBA/PR 84261-170

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 30/05/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

PC HORACIO KLABIN, 37

CENTRO - TELEMACHO BORBA/PR 84261-170

Data de Início: 30/05/2023

Previsão de término: 30/08/2023

Coordenadas Geográficas: -24,329599 x -50,621974

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

CNPJ: 76.170.240/0001-04

4. Atividade Técnica

Elaboração

[Estudo] de planejamento ambiental

Quantidade

1,00

Unidade

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Biodiversidade - Plano Municipal ICMS Ecológico Telêmaco Borba - PMIC nº 051/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local: _____, _____ de _____ de _____

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA - CNPJ: 76.170.240/0001-04

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br.

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 254,59

Registrada em: 30/05/2023

Valor Pago: R\$ 254,59

Nosso número: 2410101720232758445

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>

Impressão em: 17/08/2023 15:06:13

www.crea-pr.org.br





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 1



ART de Obra ou Serviço
1720232960279

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional:

ENGENHEIRO FLORESTAL

RNP: 1702473163

Carteira: PR-23078/D

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

Registro/Visto: 61084

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍ**

CNPJ: 76.977.768/0001-81

R GETULIO VARGAS, 900

CENTRO - PARANAÍ/PR 87702-000

Contrato: (Sem número)

Colocado em: 07/06/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

R GETULIO VARGAS, 900

CENTRO - PARANAÍ/PR 87702-000

Data de Início: 07/06/2023

Previsão de término: 07/09/2023

Coordenadas Geográficas: -23,081892 X -52,464318

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍ**

CNPJ: 76.977.768/0001-81

4. Atividade Técnica

Elaboração

[Estudo] de planejamento ambiental

Quantidade

1,00

Unidade

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Elaboração plano PMIC Biodiversidade - Plano Municipal ICMS Ecológico de Paranaí - PMIC n° 052/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local _____, _____ de _____ de _____

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍ - CNPJ: 76.977.768/0001-81

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso no site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 254,59

Registrada em: 07/06/2023

Valor Pago: R\$ 254,59

Nosso número: 2410101720232960279

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>

Impresso em: 17/06/2023 15:06:44

www.crea-pr.org.br



ART's REBAPP



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
1720234250406

1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional:

ENGENHEIRO FLORESTAL

RNP: 1702473163

Carteira: PR-23078/D

Registro/Visto: 61084

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ**

CNPJ: 75.741.330/0001-37

RUA RIO GRANDE DO NORTE, 1000

CENTRO - IVAIPORÃ/PR 86870-000

Contrato: (Sem número)

Colaborado em: 15/08/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA RIO GRANDE DO NORTE, 1000

CENTRO - IVAIPORÃ/PR 86870-000

Data de início: 15/08/2023

Previsão de término: 15/11/2023

Coordenadas Geográficas: -24,237308 x -51,669767

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ**

CNPJ: 75.741.330/0001-37

4. Atividade Técnica

Elaboração

(Estudo) de planejamento ambiental

Quantidade

Unidade

1,00

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação de indicadores ambientais REBAPP n° 005/399 e PMIC Biodiversidade n° 053/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local: _____, _____ de _____ de _____

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ - CNPJ: 75.741.330/0001-37

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br.

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso novo site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 254,59

Registrada em: 15/08/2023

Valor Pago: R\$ 254,59

Nosso número: 2410101720234250406





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
1720231974950



1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional:

ENGENHEIRO FLORESTAL

RNP: 1702473163

Carteira: PR-23078/D

Empresa Contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

Registro/Visto: 61084

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA**

CNPJ: 75.972.760/0001-60

AV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080

CENTRO - CAPANEMA/PR 85760-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 14/04/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080

CENTRO - CAPANEMA/PR 85760-000

Data de início: 14/04/2023

Previsão de término: 15/06/2023

Coordenadas Geográficas: -25,670057 x -53,808789

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA**

CNPJ: 75.972.760/0001-60

4. Atividade Técnica

Elaboração

[Estudo] de planejamento ambiental

Quantidade

Unidade

1,00

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação de indicadores ambientais REBAPP - Capanema - REBAPP nº 001/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local

de

data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA - CNPJ: 75.972.760/0001-60

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no

rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site:

www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 254,59

Registrada em: 14/04/2023

Valor Pago: R\$ 254,59

Nosso número: 2410101720231974950

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>

Impresso em: 17/06/2023 15:17:32

www.crea-pr.org.br





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
1720231892067



1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional:

ENGENHEIRO FLORESTAL

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

RNP: 1702473163

Carteira: PR-23078/D

Registro/Visto: 61084

2. Dados do Contrato

Contratante: **SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**

CNPJ: 76.206.499/0001-50

RUA VÂNIO GHELLERE, 64

CENTRO - SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR 85877-000

Contrator (Sem número)

Celebrado em: 11/04/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA VÂNIO GHELLERE, 64

CENTRO - SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR 85877-000

Data de Início: 11/04/2023

Previsão de término: 11/07/2023

Coordenadas Geográficas: -25,344523 x -54,238493

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**

CNPJ: 76.206.499/0001-50

4. Atividade Técnica

Elaboração

[Estudo] de planejamento ambiental

Quantidade

1,00

Unidade

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação dos indicadores ambientais REBAPP - São Miguel do Iguaçu - REBAPP nº 002/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local

de

data

de

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - CNPJ: 76.206.499/0001-50

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br.

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 254,59

Registrada em: 13/04/2023

Valor Pago: R\$ 254,59

Nosso número: 2410101720231892067





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
1720231894485



1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional:

ENGENHEIRO FLORESTAL

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

RNP: 1702473163

Carteira: PR-23078/D

Registro/Visto: 61084

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA**

CNPJ: 95.725.057/0001-64

RUA SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, 1891

CENTRO - ITAIPULÂNDIA/PR 85880-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 11/04/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, 1891

CENTRO - ITAIPULÂNDIA/PR 85880-000

Data de Início: 11/04/2023

Previsão de término: 11/07/2023

Coordenadas Geográficas: -25,141369 x -54,297451

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA**

CNPJ: 95.725.057/0001-64

4. Atividade Técnica

Elaboração

(Estudo) de planejamento ambiental

Quantidade

1,00

Unidade

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação de indicadores ambientais REBAPP - Itaipulândia - REBAPP n° 003/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local

data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPULÂNDIA - CNPJ: 95.725.057/0001-64

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br.

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 254,59

Registrada em: 13/04/2023

Valor Pago: R\$ 254,59

Nosso número: 2410101720231894485

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>

Impressão em: 17/08/2023 15:18:38

www.crea-pr.org.br





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
1720234249831



1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional:

ENGENHEIRO FLORESTAL

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

RNP: 1702473163

Carteira: PR-23078/D

Registro/Visto: 61084

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSAL**

CNPJ: 78.101.847/0001-50

RUA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, 555

CENTRO - MISSAL/PR 85890-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 15/08/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, 555

CENTRO - MISSAL/PR 85890-000

Data de Início: 15/08/2023

Previsão de término: 15/11/2023

Coordenadas Geográficas: -25,090864 x -54,248869

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSAL**

CNPJ: 78.101.847/0001-50

4. Atividade Técnica

Elaboração

[Estudo] de planejamento ambiental

Quantidade

Unidade

1,00

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação de Indicadores ambientais REBAPP - Missal - REBAPP nº 004/399

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local:

, de

data

de

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSAL - CNPJ: 78.101.847/0001-50

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 254,59

Registrada em: 15/08/2023

Valor Pago: R\$ 254,59

Nosso número: 2410101720234249831





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

Página 172

ART de Obra ou Serviço
1720234251062



1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional:

ENGENHEIRO FLORESTAL

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

RNP: 1702473163

Carteira: **PR-23078/D**

Registro/Visto: 61084

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA**

CNPJ: 76.206.457/0001-19

RUA PARAGUAI, 1401

CENTRO - SANTA HELENA/PR 85892-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 15/08/2023

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

RUA PARAGUAI, 1401

CENTRO - SANTA HELENA/PR 85892-000

Data de início: 15/08/2023

Previsão de término: 15/11/2023

Coordenadas Geográficas: -24,859109 x -54,33302

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA**

CNPJ: 76.206.457/0001-19

4. Atividade Técnica

Elaboração

[Estudo] de planejamento ambiental

Quantidade

1,00

Unidade

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação de indicadores ambientais REBAPP - Santa Helena - REBAPP n° 006/399

7. Assinaturas

Declaro ser em verdadeiras as informações acima

Local _____, _____ de _____ de _____

Local

data

MARCELO LUBAS - CPF: 630.572.319-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA - CNPJ: 76.206.457/0001-19

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confex.org.br

- A guarda de via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 254,59

Registrada em: 15/08/2023

Valor Pago: R\$ 254,59

Nosso número: 2410101720234251062

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>

Impressão em: 17/08/2023 15:20:18

www.crea-pr.org.br





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CREA-PR

ART de Obra ou Serviço
1720242575416



1. Responsável Técnico
MARCELO LUBAS

Título profissional:

ENGENHEIRO FLORESTAL

Empresa Contratada: **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

RNP: 1702473163

Carteira: **PR-23078/D**

Registro/Voto: **61084**

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU**

CNPJ: 01.613.052/0001-04

AV. SANTOS DUMONT, 2021

CENTRO - SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU/PR 85885-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 06/05/2024

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. SANTOS DUMONT, 2021

CENTRO - SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU/PR 85885-000

Data de início: 06/05/2024

Previsão de término: 06/07/2024

Coordenadas Geográficas: -25,412683 x -54,040611

Finalidade: Ambiental

4. Atividade Técnica

[Projeto] de planejamento ambiental

Quantidade

Unidade

1,00

SERV

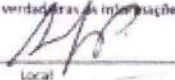

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação indicadores ambientais REBAPP -Projeto REBAPP n° 012/399 -Município de Serranópolis do Iguaçu - PR

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima


Local: _____ de _____ de 2024

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU - CNPJ: 01.613.052/0001-04

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confes.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso ao site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0057



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 262,55

Registrada em: 06/05/2024

Valor Pago: R\$ 262,55

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>
Impresso em: 07/05/2024 08:43:41

www.crea-pr.org.br





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
1720242996357



1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional

ENGENHEIRO FLORESTAL

Empresa Contratada: **NATVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**

RNP: 1702473163

Carteira: **PR-23078/D**

Registro/Visto: 61084

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ**

CNPJ: 75.732.057/0001-84

R OTTO GAERTNER, 65

CENTRO - CAMBÉ/PR 86181-300

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 27/05/2024

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

R OTTO GAERTNER, 65

CENTRO - CAMBÉ/PR 86181-300

Data de início: 27/05/2024

Previsão de término: 27/08/2024

Coordenadas Geográficas: -23,278726 x -51,283203

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ**

CNPJ: 75.732.057/0001-84

4. Atividade Técnica

[Estudo] de planejamento ambiental

Quantidade

Unidade

1,00

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação indicadores ambientais REBAPP - Projeto REBAPP nº 013099 - Município de Cambé - PR

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local

data

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.318-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ - CNPJ: 75.732.057/0001-84

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confia.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso no site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 262,55

Registrada em: 28/05/2024

Valor Pago: R\$ 262,55

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>
Impressão em: 28/05/2024 17:30:27

www.crea-pr.org.br





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
1720245228407



1. Responsável Técnico

MARCELO LUBAS

Título profissional:

ENGENHEIRO FLORESTAL

RNP: 170.2473163

Carteira: PR-23078/D

Empresa Contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

Registro/Visto: 61084

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA**

CNPJ: 95.725.024/0001-14

AV. VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 1600

CENTRO - RAMILÂNDIA/PR 85888-000

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 12/09/2024

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

AV. VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 1600

CENTRO - RAMILÂNDIA/PR 85888-000

Data de início: 12/09/2024

Previsão de término: 12/11/2024

Coordenadas Geográficas: -25,119354 x -54,032065

Finalidade: Ambiental

Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA**

CNPJ: 95.725.024/0001-14

4. Atividade Técnica

[Projeto] de planejamento ambiental

Quantidade

Unidade

1,00

SERV

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Implantação indicadores ambientais REBAPP - Projeto REBAPP n° 014/099 - Município de Ramiândia - PR

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local

data

MARCELO LUBAS - CPF: 630.572.339-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA - CNPJ: 95.725.024/0001-14

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé desta formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br.
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Assine no site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 262,55

Registrada em: 12/09/2024

Valor Pago: R\$ 262,55

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>

Impressão em: 16/09/2024 15:46:24

www.crea-pr.org.br





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Página 1/1

ART de Obra ou Serviço
1720242574983

1. Responsável Técnico	
MARCELO LUBAS	
Título profissional:	RNP: 170.2473.163
ENGENHEIRO FLORESTAL	Categoria: PR-23078/D
Empresa Contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA	Registro/Visto: 61084

2. Dados do Contrato	
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAI	CNPJ: 76.977.768/0001-81
R: GETULIO VARGAS, 900	
CENTRO - PARANAVAI/PR 87702-000	
Contrato: (Sem número)	Celebrado em: 06/05/2024
Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira	

3. Dados da Obra/Serviço	
R: GETULIO VARGAS, 900	
CENTRO - PARANAVAI/PR 87702-000	
Data de início: 06/05/2024	Previsão de término: 06/07/2024
Coordenadas Geográficas: -14,926818 x -42,810094	
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAI	CNPJ: 76.977.768/0001-81

4. Atividade Técnica	
[Projeto] de planejamento ambiental	Quantidade: 1,00
Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART	Unidade: SERV

5. Observações
implantação indicadores ambientais REBAPP - Projeto REBAPP nº 011/399 - Município de Paranavai - PR

7. Assinaturas	
Declaro serem verdadeiras as informações acima	
Local: _____	de _____ de _____

MARCELO LUBAS - CPF: 610.572.319-91	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAI - CNPJ: 76.977.768/0001-81	

8. Informações	
- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br .	
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confas.org.br .	
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.	
Acesso no site www.crea-pr.org.br	
Central de atendimento: 0800 041 0067	



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 262,55

Registrada em: 06/05/2024

Valor Pago: R\$ 262,55

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://servicos.crea-pr.org.br/publico/art>
Impressa em: 07/05/2024 08:51:36

www.crea-pr.org.br



12/10/2020

ART



CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná
Anotação de Responsabilidade Técnica Lei Fed 6496/77
Valorize sua Profissão: Mantenha os Projetos na Obra



ART Nº 20174739275
Obra ou Serviço Técnico
ART Principal



O valor de R\$ 81,53 referente a esta ART foi pago em 30/10/2017 com a guia nº 100020174739275

Profissional Contratado: MARCELO LUBAS (CPF:610.572.319-91) Nº Carteira: PR-23078/D - Nº Visto Crea: -

Título Formação Prof.: ENGENHEIRO FLORESTAL

Empresa contratada: NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA Nº Registro: 61084

Contratante: NATIVA BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

CPF/CNPJ: 08.648.607/0001-84

Endereço: R NICOLAU PAMPUCH 188 AFONSO PENA

CEP: 83045280 SÃO JOSÉ DOS PINHAIS PR Fone: 41 3282-7488

Local da Obra/Serviço: R NICOLAU PAMPUCH 188

AFONSO PENA - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS PR

Quadra:

Lote:

CEP: 83045280

Tipo de Contrato

4 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Dimensão

1 SERV

Ativ. Técnica

2 ESTUDO, PLANEJAMENTO, PROJETO, ESPECIFICAÇÕES

Área de Comp.

8200SERVIÇOS TÉCNICO PROFISSIONAIS EM ENG FLORESTAL

Tipo Obra/Serv

135 OUTRAS OBRAS/SERVIÇOS

Serviços

035 PROJETO

contratados

Dados Compl.

0

Data Início

28/10/2017

Data Conclusão

28/11/2017

Vlr Taxa R\$ 81,53

0

Base de cálculo: TABELA VALOR DE CONTRATO

Outras informações sobre a natureza dos serviços contratados, dimensões, ARTs vinculadas, ARTs substituídas, contratantes, etc
DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA DENOMINADA REBAPP:

RETIFICAÇÃO DE BORDAS EM APP - ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE,

CONTENDO ETAPAS DE LEVANTAMENTO DE DADOS, ELABORAÇÃO LEVANTAMENTO PLANI-ALTIMÉTRICO,

CÁLCULO DA COTA, COMPARAÇÃO E ANÁLISE DA COTA COM O LEVANTAMENTO REALIZADO, ELABORAÇÃO DE

MAPEAMENTO REBAPP, PARA ATUALIZAÇÃO, CORREÇÃO OU AJUSTE EM ZONEAMENTOS DE USO E OCUPAÇÃO

DE SOLO/PLANO DIRETOR DE MUNICÍPIOS,

MUNICÍPIO PILOTO: SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - PR,

Insp.: 4230

12/10/2020

CreaWeb 1.08

Assinatura do Contratante

Assinatura do Contratante

Assinatura do Profissional

Assinatura do Profissional

Central de Informações do CREA-PR 0800 041 0067

A autenticação deste documento poderá ser consultada através do site www.crea-pr.org.br

Marcelo Lubas
Engenheiro Florestal
CREA 23.078/D

08.648.607/0001-94

NATIVA BRASIL - PESQUISA,
TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

RUA NICOLAU PAMPUCH, 188
AFONSO PENA - CEP 83045-280
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR



(41)3282-7488 / 96378863



Município de Serranópolis do Iguaçu

Estado do Paraná



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2024, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU - PR E NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA.

O **MUNICÍPIO DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Santos Dumont, n.º 2021, Área Central, na cidade de Serranópolis do Iguaçu, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.052/0001-04, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **IVO ROBERTI**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, estabelecida na cidade de São José dos Pinhais/PR, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º **08.648.607/0001-94**, neste ato representada por **MARCELO LUBAS**, sócio administrador, conforme atos constitutivos da empresa, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 43/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 37/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Parágrafo Primeiro - O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA IMPLANTAÇÃO DOS NOVOS INDICADORES AMBIENTAIS REBAPP E INSERÇÃO DOS CORREDORES ECOLÓGICOS DE CONECTIVIDADE MUNICIPAL COM O PROJETO REBAPP MOSAICO DE UC'S - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO CORREDOR ECOLÓGICO SANTA MARIA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo - Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
1	Implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP do município de Serranópolis do Iguaçu e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do município com o projeto REBAPP Mosaico de UC's - Unidades de Conservação do Corredor Ecológico Santa Maria.	R\$ 112.270,00

Parágrafo Terceiro - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I - O Termo de Referência;
- II - O Edital da Licitação;
- III - A Proposta do contratado;
- IV - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

Parágrafo Primeiro - O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados da sua assinatura e publicação, podendo ser prorrogado na forma do artigo 105 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

Parágrafo Primeiro - O valor total da contratação é de **R\$ 112.270,00 (cento e doze mil reais duzentos e setenta reais)**.

Parágrafo Segundo - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Parágrafo Terceiro - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

Avenida Santos Dumont, nº 2021, Área Central; CEP 85885-000;
Fone: (45)3236-8300/ (45)3236-8338;
CNPJ 01.613.052/0001-04; e-mail: adm@serranopolis.pr.gov.br;
e-mail departamento de licitações: licitacao@serranopolis.pr.gov.br



Município de Serranópolis do Iguaçu

Estado do Paraná



CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Parágrafo Primeiro - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como na Lei Orçamentária Anual (LOA) deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Red.	Programática	Natureza de Despesa	Fonte	Descrição
22	03.001.04.122.0044.2006	3.3.90.39	1000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
48	03.001.04.122.0044.2006	3.3.90.39	9000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Parágrafo Segundo - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Parágrafo Primeiro - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

Parágrafo Primeiro - As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

Parágrafo Primeiro - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

I - A garantia de execução é independente de eventual garantia do serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

Parágrafo Primeiro - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

Parágrafo Primeiro - As obrigações do contratante e do contratado são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - SUBCONTRATAÇÃO

Parágrafo Primeiro - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Parágrafo Primeiro - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Parágrafo Segundo - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

Parágrafo Terceiro - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Parágrafo Quarto - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Parágrafo Quinto - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

Parágrafo Sexto - É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.



Município de Serranópolis do Iguaçu

Estado do Paraná



Parágrafo Sétimo - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

Parágrafo Oitavo - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

Parágrafo Nono - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Parágrafo Décimo - Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

I - Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

Parágrafo Décimo Primeiro - O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Parágrafo Décimo Segundo - Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Parágrafo Primeiro - As sanções relacionadas à execução contratual são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

Parágrafo Primeiro - O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Segundo - Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

I - Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

Parágrafo Terceiro - O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

I - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

II - Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados.

III - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

a) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Quinto - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III - Indenizações e multas.



Município de Serranópolis do Iguaçu

Estado do Paraná



Parágrafo Sexto - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VEDAÇÕES

Parágrafo Primeiro - É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos expressamente previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

Parágrafo Primeiro - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

Parágrafo Segundo - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Terceiro - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

Parágrafo Primeiro - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

A) "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

B) "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

C) "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

D) "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

E) "prática obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.



Município de Serranópolis do Iguaçu Estado do Paraná



Parágrafo Terceiro - Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

Parágrafo Primeiro - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas legais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

Parágrafo Primeiro - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, e, facultativamente, no sítio eletrônico oficial do Município de Serranópolis do Iguaçu/PR.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

Parágrafo Primeiro - Fica eleito o Foro da Comarca Medianeira - PR para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Serranópolis do Iguaçu, 03 de maio de 2024.

IVO ROBERTI

55691382934

MUN. DE SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU

IVO ROBERTI
CONTRATANTE

NATIVA BRASIL PESQUISA
TECNOLOGIA E
DESENVOLVIMEN:0864860700
0194

Assinado de forma digital por NATIVA
BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E
DESENVOLVIMEN:08648607000194
Dados: 2024.05.06 14:16:40 -03'00'

NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA
MARCELO LUBAS
CONTRATADA

Testemunhas:

**MAURO
CARLING:**
76100286904

MAURO CARLING
CPF: 761.002.869-04

Assinado digitalmente por MAURO CARLING 76100286904
DN: CN=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria de Receita
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3,
OU=VALID, OU=AR ONLINE SUL, OU=Presencial,
OU=14695517000157, CN=MAURO CARLING
76100286904
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Port Reader Versão: 9.7.0

**LEANDRO LUIZ
HIPPLER:00813697948**

LEANDRO LUIZ HIPPLER
CPF: 008.136.979-48

Assinado digitalmente por LEANDRO LUIZ HIPPLER 00813697948
DN: CN=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria de Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=VALID, OU=AR ONLINE
SUL, OU=Presencial, OU=14695517000157, CN=LEANDRO LUIZ
HIPPLER 00813697948
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Port Reader Versão: 9.7.0

Avenida Santos Dumont, nº 2021, Área Central; CEP 85885-000;
Fone: (45)3236-8300/ (45)3236-8338;
CNPJ 01.613.052/0001-04; e-mail: adm@serranopolis.pr.gov.br;
e-mail departamento de licitações: licitacao@serranopolis.pr.gov.br



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CELEBRAM ENTRE SI,
O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU-PR E A EMPRESA NATIVA
BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Vânio Ghellerê, nº 64, inscrito no CNPJ nº 76.206.499/0001-50, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Agricultura, o senhor MARCELO ALEXANDRE, sob matrícula nº 4436791, por delegação do Prefeito Municipal, conforme portaria nº 373/2021, e

CONTRATADA: NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.648.607/0001-94, com sede a Rua Nicolau Panpuch, nº 188, Bairro Afonso Pena, na cidade de São José dos Pinhais – PR, CEP: 83.045-280, Telefone (41) 99646-1560, e-mail: nativa@nativadobrasil.com.br, neste ato devidamente representada pelo Sr. MARCELO LUBAS, portador do RG nº 4.164.583-0 SSP/PR e CPF nº 610.572.319-91.

CONTRATO Nº 024/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 453/2023
INEXIGIBILIDADE Nº 002/2024

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Contratação de empresa com notória especialização na ampliação dos indicadores ambientais REBAPP de Áreas Verdes Protegidas do Município de São Miguel do Iguaçu, por intermédio do estímulo a criação de RPPN's – Reservas Particulares do Patrimônio Natural e de ARIE's – Áreas de Relevante Interesse Ecológico na área rural do território municipal, incluindo a elaboração de Estudo Técnico de Atendimento do Município na região contígua da Vila Paulistânia e entorno, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Und.	Qnt.	Valor total
1	CATSER: 16888. Ampliação dos indicadores ambientais REBAPP de Áreas Verdes Protegidas do Município de São Miguel do Iguaçu, que, por sua vez, possui Índice REBAPP de IRAP atual de 0,1459121850, através do estímulo a criação de RPPN's – Reservas Particulares do Patrimônio Natural e de ARIE's – Áreas de Relevante Interesse Ecológico na área rural do território municipal, incluindo Estudo Técnico de Atendimento do Município na região contígua da Vila Paulistânia e entorno.	SÇ	1	R\$ 112.270,00
Valor total global				R\$ 112.270,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 12 (doze) meses, com início na data de 15/01/2024 e encerramento em 15/01/2025, sem possibilidade de prorrogação, na forma do Art. 105º da Lei nº 14.133, de 1 de abril 2021.

2.2. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

000384

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 112.270,00 (cento e doze mil duzentos e setenta reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2023 na classificação abaixo:

11.001 Departamento de Agricultura

11.001.20.605.0001.2002 Manutenção do departamento de agricultura

498 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 01000 1000 Recursos Ordinários (Livres)

497 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 00505 505 Royalties Tratado de Itaipu Binacional

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo dos bens, conforme este Termo de Inexigibilidade, e deverá conter, no campo de observações, o número da Nota de Empenho referente, da Ordem de Fornecimento, da Inexigibilidade de Licitação e do Contrato, bem como os dados bancários do Contratado (identificação do Banco, número da Agência e Conta Corrente) para que assim se torne possível ao Município de São Miguel do Iguaçu efetuar o depósito do valor devido;

5.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá à Contratante o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação;

5.2.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.3.1. O prazo de validade;

5.3.2. A data da emissão;

5.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

5.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

5.3.5. O valor a pagar; e

5.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.5. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa;

5.5.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado;

5.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

000365
Fis. 223
Municipal de São José das Palmeiras

5.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no Art. 31 da Lei 8.212, de 1993, quando couber.

5.6.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta à documentação mencionada no Art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta junto ao TCE/PR., para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

5.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o Contratado não regularize sua situação.

5.13. Será rescindido o Contrato em execução com o Contratado inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.14. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.15. Ainda em relação ao pagamento, em atendimento à Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.145/2023 e do Decreto Municipal nº 460/2023, será efetuada a retenção do IRRF em todos os pagamentos realizados pela Contratante ao Contratado.

5.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DO OBJETO E GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de Garantia de Execução para a presente contratação.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

000366



8. CLÁUSULA OITAVA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Inexigibilidade.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução dos serviços, objeto deste Contrato será feita pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Inexigibilidade.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da contratada e da contratante são aquelas indicadas no termo de INEXIGIBILIDADE Nº 002/2024.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.5. Não celebrar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

11.1.11. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

11.1.12. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/MEI/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.13. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.1.14. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

11.1.15. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até dois anos;

11.1.16. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

11.1.17. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o Contratado ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.1.18. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

Handwritten signature and star mark.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

000367



11.1.19. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo Investigativo.

11.1.20. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo ao Município nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.1.21. O processamento do processo administrativo investigativo, não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.1.22. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.1.23. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.1.24. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.1.25. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município, no TCE/PR, e quando houver verbas federais deverá ser incluído no SICAF.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO

12.1. Os critérios de extinção contratual são aqueles previstos no Termo de Inexigibilidade.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou supressões que se fizerem necessários.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 10406/02 – Código Civil, Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

V
H



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

000368

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, sendo o Diário Oficial, no prazo previsto na Lei 14.133/21

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Iguaçu, Estado do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18.1. Integra a presente minuta, na qualidade de anexo, o Termo de Inexigibilidade Nº 002/2024.

18.2. Havendo conflito entre as disposições constantes do Termo de Inexigibilidade, e a minuta contratual, prevalecerão as expressamente contempladas no Termo de Contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes, pelo fiscal de contrato e uma testemunha.

São Miguel do Iguaçu-PR, 15 de janeiro de 2024.

NATIVA BRASIL PESQUISA
TECNOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO:0864860700
0194

Assinado de forma digital por NATIVA
BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO:08648607000194
Data: 2024.01.19 10:05:55 -03'00'

MARCELO LUBAS

Nativa Brasil – Pesquisa, Tecnologia e Desenvolvimento Ltda
Contratada

marcelo alexandre
MARCELO ALEXANDRE

Secretário Municipal de Agricultura
Contratante

Testemunhas:

João Pedro Alves Rossi
JOÃO PEDRO ALVES ROSSI
Matrícula: 4437648

Wilson Anderson Lago
WILSON ANDERSON LAGO
Matrícula: 4436206



Prefeitura do Município de Paranavaí

ESTADO DO PARANÁ



CONTRATO Nº 043/2024

REF: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 021/2024

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º **76.977.768/0001-81**, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Fazenda, Sr. **GILMAR PINHEIRO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Paranavaí-PR, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 430.522-1 PR e inscrito no CPF sob n.º 300.997.499-04, doravante denominado **contratante** e a empresa **NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º **08.648.607/0001-94**, estabelecida à Rua Nicolau Pampuch, n.º 188, Bairro Afonso Pena na cidade de São José dos Pinhais – PR, CEP 83045-280, e-mail nativa@nativadobrasil.com.br, neste ato representada pelo sócio administrador Sr. **MARCELO LUBAS**, brasileiro, empresário, residente e domiciliado na cidade de São José dos Pinhais no Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade RG 4.164.583-0 SSP/PR e inscrito no CPF n.º 610.572.319-91, doravante denominado **contratado**, resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

CLÁUSULA 1ª: NORMAS REGENTES

1.1. O presente contrato está vinculado à Inexigibilidade de Licitação n.º 021/2024 e ao Processo Administrativo n.º 47/2024, ao Termo de Referência e à proposta apresentada pelo contratado, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei n.º 14.133/2021, pelo Decreto municipal n.º 24.731/2023.

CLÁUSULA 2ª: VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

CLÁUSULA 3ª: OBJETO

3.1. O objeto do presente contrato é Contratação de pessoa jurídica para a “Implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP de Retificação de Bordas em APP’s – Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo das faixas de APP’s criando os novos indicadores ambientais REBAPP com fornecimento de Planos Ambientais de Conservação de Uso de Imóveis lindeiros - PACUIM”, do Município de Paranavaí/PR, cuja especificações constam no termo de referência e faz parte deste contrato.

CLÁUSULA 4ª: REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO

- 4.1. O regime de execução deste contrato é empreitada por preço unitário;
- 4.2. A forma de execução deste contrato é prestação de serviço imediato.



CLÁUSULA 5ª: LOCAL E PRAZO DE ENTREGA / EXECUÇÃO

5.1. O local e o prazo de entrega / execução, assim como outras descrições da solução e requisitos da contratação constam termo de referência e faz parte deste contrato.

5.2. Os prazos de entrega / execução serão contados da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas.

5.3. O prazo de entrega / execução poderá ser prorrogado em caso de alterações unilaterais determinadas pelo contratante, bem como pela ocorrência de eventos supervenientes, alheios à vontade das partes, que impactem no seu cumprimento, mediante solicitação formal, devidamente fundamentada, encaminhada pelo contratado ao fiscal do contrato em momento anterior à data de entrega ou conclusão do serviço.

5.4. O prazo de execução do serviço será de 90 (noventa) dias (3 meses).

5.5. O produto deverá ser entregue a Secretaria Municipal de Fazenda, em meio físico ou, alternativamente, protocolada através do Protocolo Digital do Município no sítio eletrônico.

CLÁUSULA 6ª: FONTE DE RECURSOS

6.1. A despesa correrá por conta da dotação orçamentária: 11.001.049.2070.333903905 (1632).

CLÁUSULA 7ª: VALOR A SER PAGO PELO OBJETO

7.1. Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de **R\$ 112.270,00 (cento e doze mil, duzentos e setenta reais)**, incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.

7.2. As quantidades e preços unitários estão indicadas na proposta ajustada do contratado, que faz parte deste contrato

CLÁUSULA 8ª: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega do objeto, prestação do serviço ou medição que ocorrerá mensalmente, mediante apresentação da nota fiscal emitida pelo contratado

8.2. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação contratual.

8.2.1. Nos casos de descumprimento parcial da obrigação contratual será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.

8.2.2. Caso o contratado não emita a nota fiscal dentro do prazo para o pagamento, o contratante aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, que deverá ocorrer, nestes casos, em até 15 (quinze) dias, contados da entrega da nota fiscal.



8.2.3. A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

8.3. Nos casos de multas aplicadas ao contratado, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.

8.4. O fiscal do contrato comunicará previamente ao contratado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.

8.5. O pagamento efetuado após o prazo estabelecido será considerado em atraso, gerando para o contratado o direito à atualização monetária considerando os dias de atraso até a data do efetivo pagamento, contados de forma corrida, mediante aplicação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = VP (0,00016438356 \times N + I)$, onde:

EM = Encargos moratórios a ser acrescido ao valor normal do pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a data do efetivo pagamento; e

I = Variação do IPCA no período de atraso.

8.6. Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

CLÁUSULA 9ª: REAJUSTAMENTO DO PREÇO

9.1. O preço será reajustado, de ofício, pelo contratante, conforme variação do INPC, após 12 (doze) meses contados de 05/02/2024, sobre o valor correspondente às parcelas do objeto cujo pagamento ainda não tenha sido realizado, devendo se dar na primeira medição realizada após o decurso do prazo de 12 (doze) meses.

9.2. Caso ainda não estejam disponíveis os valores dos índices necessários, serão considerados os últimos índices já disponíveis que correspondam ao mesmo período desejado.

9.3. O reajuste de valores, correspondentes às parcelas do objeto entregues ou prestadas após o prazo original, será concedido apenas quando não configurado atraso.

9.4. A formalização do reajuste será realizada por apostilamento contratual.

9.5. Caso o valor do contrato seja alterado em razão da concessão de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente e imprevisível, do qual decorra o reequilíbrio geral do valor do contrato, inclusive relacionado a perdas inflacionárias, a data-base para o próximo reajuste contratual passará a ser a data de início dos efeitos do reequilíbrio concedido.



REPACTUAÇÃO DO PREÇO

9.6. O presente contrato será repactuado, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

9.7. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

9.8. O contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

9.9. É vedado ao município contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

9.10. Com relação aos insumos, a repactuação deverá observar o intervalo mínimo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado ou da data da última repactuação.

9.11. Com relação aos custos decorrentes de mão de obra, a partir da data indicada para a produção de efeitos jurídicos do acordo, da convenção coletiva ou do dissídio coletivo, é facultado à contratada protocolar o pedido de repactuação, demonstrando a variação dos custos contratuais bem como a partir de quando iniciam seus efeitos.

9.12. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação para recompor a variação de custos relativos à mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

9.13. A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

9.14. O contratante analisará o pedido de repactuação e emitirá resposta ao contratado dentro de 1 (um) mês da data do fornecimento da documentação que demonstre analiticamente a variação dos custos, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo, a partir do recebimento do pedido ou dos documentos complementares, se forem requisitados.

9.14.1. Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta indicado, será facultado ao contratado a suspensão da execução contratual até que sobrevenha resposta a sua solicitação.

9.15. A formalização da repactuação será realizada por apostilamento contratual.



9.16. Caso o valor do contrato seja alterado em razão da concessão de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente e imprevisível, do qual decorra o reequilíbrio geral do valor do contrato, inclusive relacionado a perdas inflacionárias, a data-base para a próxima repactuação contratual dos itens que tiveram seus preços alterados, passará a ser a data de início dos efeitos do reequilíbrio concedido no que se referir.

CLÁUSULA 10ª: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1. O reequilíbrio econômico-financeiro ocorrerá por meio de termo aditivo e, quando em favor do contratado, dependerá de prévia solicitação e demonstração de que a(s) ocorrência(s) inviabiliza(m) a execução do contrato nos termos inicialmente ajustados, por meio de documentos pertinentes e suficientes, acompanhados das memórias de cálculo.

10.1.1. A solicitação será endereçada ao gestor do contrato na Diretoria de Compras da Secretaria Municipal de Fazenda.

10.2. O contratante analisará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e emitirá resposta ao contratado em 60 (sessenta) dias, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo, a partir do recebimento do pedido ou dos documentos complementares, se forem requisitados.

10.2.1. Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta indicado, será facultado ao contratado a suspensão da execução contratual até que sobrevenha resposta a sua solicitação.

10.3. A necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratante será comunicada previamente ao contratado, de forma devidamente fundamentada e demonstrada nos mesmos termos da cláusula 14.1, deste contrato para a pertinente manifestação e concordância, levando à extinção contratual, sem penalidades, nos casos em que não houver acordo sobre o novo valor.

10.4. Formalizado o reequilíbrio econômico-financeiro, este produzirá efeitos retroativos à data do fato gerador, devendo, as subseqüentes notas fiscais emitidas pelo contratado e os pagamentos realizados pelo contratante, observar os novos valores.

10.5. Nos casos de reequilíbrio econômico-financeiro em favor do contratante, será apresentado ao contratado memória de cálculo com o decréscimo de valor, com proposição de redução do contrato, que deverá ser realizada por acordo entre as partes.

10.6. Na hipótese de não ser possível o acordo entre as partes, o contrato será rescindido, sem ônus para nenhuma das partes.

10.7. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

CLÁUSULA 11ª: OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. Constituem obrigações do contratado:



Prefeitura do Município de Paranavaí

ESTADO DO PARANÁ



- 11.1.1. aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões determinadas pelo contratante nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- 11.1.2. comunicar ao fiscal do contrato, de imediato, qualquer ocorrência que impeça a execução regular de suas obrigações;
- 11.1.3. atender às determinações do fiscal do contrato, destinadas ao regular cumprimento do contrato;
- 11.1.4. efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;
- 11.1.5. declarar o descumprimento das condições de habilitação, sob pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 11.1.6. manter contatos com o contratante sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência, que deverão ser registrados e confirmados por escrito no prazo de 3 (três) dias úteis;
- 11.1.7. manter atualizado, durante a vigência do presente contrato, o endereço, número de telefone fixo e celular, correio eletrônico e nome do representante legal com poder de decisão;
- 11.1.8. Efetuar a entrega dos indicadores em perfeitas condições, no prazo e local indicados, em estrita observância das especificações do processo licitatório e da proposta acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 11.1.9. Atender prontamente a quaisquer exigências, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 11.1.10. Comunicar no prazo máximo de 03 (três) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.1.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.1.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 11.1.13. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 11.1.14. Responsabilizar-se pela prestação dos serviços, objeto da licitação, atendidos os requisitos e observadas às normas constantes do processo licitatório;
- 11.1.15. Colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos serviços, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações previstas no Termo de Referência;
- 11.1.16. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, quando da execução do serviço, não excluindo



ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

11.1.17. Levar imediatamente ao conhecimento do CONTRATANTE quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do serviço;

11.1.18. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do serviço, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo CONTRATANTE;

11.1.19. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante para acompanhamento da execução contrato. A existência da fiscalização de modo a diminuir ou atenua a responsabilidade do Fornecedor pela execução de qualquer serviço.

CLÁUSULA 12ª: OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. Constituem obrigações do contratante:

12.1.1. realizar o empenho da respectiva dotação orçamentária;

12.1.2. publicar o contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas;

12.1.3. comunicar ao contratado a publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas;

12.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, registrando as eventuais ocorrências;

12.1.5. comunicar imediatamente ao contratado qualquer defeito ou deficiência que venha a constatar, referente à execução do objeto deste contrato;

12.1.6. informar alterações no cronograma, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

12.1.7. fornecer, em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações por parte do contratado;

12.1.8. Receber provisoriamente os indicadores;

12.1.9. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do produto recebido provisoriamente com as especificações constantes do processo licitatório e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

12.1.10. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

12.1.11. Efetuar o pagamento no prazo previsto

12.1.12. Comunicar imediatamente ao Fornecedor quaisquer irregularidades no fornecimento do produto licitado para que seja providenciada regularização;

12.1.13. Fornecer ao licitante, todos os esclarecimentos e demais informações que esta venha solicitar;

12.1.14. Exigir o cumprimento do objeto desta licitação, segundo suas especificações, prazos e demais condições.



CLÁUSULA 13ª: FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A fiscalização do contrato será realizada pelo servidor Cláudio de Oliveira e a gestão do contrato por Suzi Mayumi Yoneyama Barbosa, sendo representante do contratado o Sr. Marcelo Lubas, na qualidade de preposto.

CLÁUSULA 14ª: ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. O presente contrato poderá ser alterado pelo contratante para acrescentar, suprimir o quantitativo contratado ou modificar as especificações técnicas do objeto, respeitado o limite legal, mantendo inalteradas as demais condições contratuais.

14.2. Em caso de acréscimo de quantitativo, poderá ser realizado o ajuste no prazo de vigência e no cronograma.

14.3. Em caso de supressão de quantitativo que ultrapasse o percentual de aceitação obrigatória, se o contratado já houver adquirido os materiais, no momento em que for formalmente notificado da supressão, no caso de revenda ou de insumos necessários à execução do serviço, estes valores deverão ser indenizados pelo contratante, em conformidade com o processo administrativo para apuração do valor devido.

CLÁUSULA 15ª: SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação.

CLÁUSULA 16ª: MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA

16.1. Dentre as possibilidades elencadas no art. 151 da Lei nº 14.133/2021, as partes buscarão a solução consensual das eventuais controvérsias, por meio da conciliação.

CLÁUSULA 17ª: SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Dentre as possibilidades elencadas no art. 151 da Lei nº 14.133/2021, as partes buscarão a solução consensual das eventuais controvérsias, por meio da conciliação.

17.2. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: "[Processo Sancionatório](#)".

17.3. Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao Município, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.

17.4. Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

17.5. Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.



Prefeitura do Município de Paranavaí

ESTADO DO PARANÁ



17.6. Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o Município poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

17.7. Nos casos de inexecução total do contrato, o Município aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.

17.8. A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 18ª: FORMAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADO

18.1. É facultada a qualquer das partes, a solicitação de reunião, prevista no art. 139 do Decreto municipal nº 24.731/2023, devendo ser observadas as exigências dos §§ 1º e 2º art. 139 do Decreto municipal nº 24.731/2023.

18.2. O contratado deverá comunicar-se com o contratante através do fiscal do contrato e seu substituto, em regra por e-mail, sendo admitidos outros meios de comunicação, desde que posteriormente formalizado no processo.

18.3. Todas as reclamações ou solicitações do contratado serão registradas nos autos do processo de gestão e fiscalização e respondidas no prazo de 60 (sessenta)



dias, admitida, desde que justificada, a prorrogação desse prazo, exceto os pedidos de repactuação, que tem prazo de um mês.

18.3.1. O prazo de resposta será suspenso em caso de solicitação de informações ou realização de diligências pelo contratante, sendo retomado quando obtida a informação.

18.3.2. Na hipótese de não ser cumprido o prazo de resposta, será facultado ao contratado apresentar denúncia à Controladoria-Geral do Município para fins de responsabilização do servidor.

CLÁUSULA 19ª: MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

19.1. O contratante, por intermédio da Diretoria de Compras, acompanhará a manutenção das condições de habilitação pelo contratado por modelo auto declaratório, cabendo ao contratado informar, no prazo de 15 (quinze) dias, a mudança da sua situação, sob pena de infração equiparada à declaração falsa, com a correspondente instauração de procedimento administrativo sancionatório e aplicação de sanção.

19.2. A ausência ou omissão de declaração por parte do contratado corresponde, para todos os efeitos, à declaração da manutenção das condições de habilitação.

19.3. Nas hipóteses em que houver alteração de condição de habilitação:

19.3.1. o contratado deverá providenciar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência que gerou o não atendimento da condição de habilitação; e

19.3.2. será aplicada multa mensal de 5% (cinco por cento) sobre as faturas emitidas enquanto persistir a situação de irregularidade.

19.4. O contratante poderá diligenciar as condições de habilitação do contratado e aplicar sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses pelo descumprimento da obrigação de informar a mudança da sua situação.

CLÁUSULA 20ª: PROTEÇÃO DE DADOS

20.1. As partes se obrigam a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

20.1.1. guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução do objeto deste contrato;

20.1.2. tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação, de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;

20.1.3. garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;

20.1.4. não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;



- 20.1.5. fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;
- 20.1.6. adotar todas as medidas previstas em lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;
- 20.1.7. em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao contratante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas:
- 20.1.7.1. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- 20.1.7.2. as informações sobre os titulares envolvidos;
- 20.1.7.3. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- 20.1.7.4. os riscos relacionados ao incidente;
- 20.1.7.5. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
- 20.1.7.6. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.
- 20.1.8. demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;
- 20.1.9. utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;
- 20.1.10. armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;
- 20.1.11. apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo contratante ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;
- 20.1.12. anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo contratante, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual; e
- 20.1.13. não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.
- 20.2. O contratado ficará obrigado a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas a este contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao contratante ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

CLÁUSULA 21ª: CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 21.1. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, em até 2 (dois) dias contados da comunicação da conclusão do objeto, pelo contratado ao fiscal. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, assim que o objeto for entregue.
- 21.2. O objeto será recebido definitivamente pela comissão de recebimento, mediante termo de recebimento, em 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório.



Prefeitura do Município de Paranavaí

ESTADO DO PARANÁ



21.3. O objeto será recebido parcialmente pelo contratante quando descumprida condição de execução que possibilite o aproveitamento do objeto para os objetivos da contratação, aplicando-se a sanção cabível pelo descumprimento contratual.

21.4. Caso o recebimento provisório ou o recebimento definitivo não ocorra no prazo estabelecido, o objeto será considerado tacitamente recebido.

CLÁUSULA 22ª: EXTINÇÃO DO CONTRATO

22.1. A extinção do presente contrato será regulada pelas normas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

22.2. A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

22.3. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, bem como terá direito aos pagamentos das parcelas executadas até a data da extinção do contrato.

22.4. Na extinção do contrato determinada por ato unilateral, o contratante poderá reter dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos e das multas aplicadas, desde que já apurados em processo administrativo.

CLÁUSULA 23ª: FORO

23.1. O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.

Paranavaí-PR, _____.

GILMAR PINHEIRO

Secretário Municipal de Fazenda
CONTRATANTE

NATIVA BRASIL PESQUISA
TECNOLOGIA E

DESENVOLVIMEN:08648607000194

Assinado de forma digital por NATIVA

BRASIL PESQUISA TECNOLOGIA E

DESENVOLVIMEN:08648607000194

Dados: 2024.04.22 13:21:22 -03'00'

NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTGO LTDA.

MARCELO LUBAS

Sócio administrador / CPF 610.572.319-91
CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: Cláudio de Oliveira

Nome: Suzi Mayumi Yoneyama Barbosa



Prefeitura do Município de Paranavaí

ESTADO DO PARANÁ



EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 043/2024

REF.: INEXIGIBILIDADE Nº 021/2024

Assinado em: _____.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 900, Centro, Paranavaí, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº. 76.977.768/0001-81, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda.

CONTRATADA: NATIVA BRASIL – PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.648.607/0001-94, estabelecida à Rua Nicolau Pampuch, nº 188, Bairro Afonso Pena na cidade de São José dos Pinhais – PR, CEP 83045-280.

ASSINANTES: Sr. **Gilmar Pinheiro** - CPF nº 300.997.499-04 (**Secretário Municipal de Fazenda do Contratante**), **MARCELO LUBAS** - CPF nº 610.572.319-91 (**Sócio administrador da empresa Contratada**).

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a “Implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP de Retificação de Bordas em APP’s – Áreas de Preservação Permanente e de Zoneamentos em Uso e Ocupação do Solo das faixas de APP’s criando os novos indicadores ambientais REBAPP com fornecimento de Planos Ambientais de Conservação de Uso de Imóveis lindeiros - PACUIM”, do Município de Paranavaí/PR, cuja especificações constam no termo de referência e faz parte deste contrato.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da comunicação ao contratado da publicação deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas. O prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias.

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTRATO Nº 147/2024

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE RAMILÂNDIA, com sede na cidade de RAMILÂNDIA, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 95.725.024/0001-14, neste ato representado pelo Prefeito Municipal abaixo assinado, doravante designado **MUNICÍPIO** de um lado e, de outro a **NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, com sede na Rua Nicolau Pampuch, Nº 188, Afonso Pena - São José dos Pinhais/PR - CEP 83045-280, inscrita no CNPJ sob o nº 08.648.607/0001-94, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, ajustam o presente em conformidade com o descrito em seus termos, cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA POR NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DOS INDICADORES AMBIENTAIS REBAPP DO MUNICÍPIO DE RAMILÂNDIA E ESTABELECIMENTO DOS CORREDORES ECOLÓGICOS DE CONECTIVIDADE DO MUNICÍPIO COM O PROJETO REBAPP MOSAICO DE UC'S - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO CORREDOR ECOLÓGICO SANTA MARIA.

1.2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O município de Ramilândia está localizado na região oeste do estado do Paraná, e apresenta-se inserido dentro da região da Floresta Estacional Semi-decidual, com transição parcial da Floresta Ombrófila Mista.

Possui 23.553,6 hectares de território municipal e é detentor das porções significativas de áreas de mata nativa de conexão com o corredor ecológico Santa Maria, e de proximidade com o Parque Nacional do Iguaçu.

E possui apenas 3,3% do território do município com área verde já protegida no ICMS Ecológico, de um total geral disponível de 30,8%, ou seja, apenas 10,7% da área verde disponível, atualmente convertida em ICMS Ecológico, considerando o Mapa de Classe de Uso da Terra/IAT/Governo do Estado do Paraná.

Em termos práticos percentuais, Ramilândia possui no total, 7.255,30 hectares de mata nativa no seu território, e desta forma, impressionantes 6.477,0 hectares deste montante, ou seja, 89,2% de mata nativa preservada existente potencial e ainda não protegida e nem inserida no ICMS Ecológico. Assim, a relevância ambiental que o município possui apresenta-se em condição ímpar na região, onde a vocação para adoção de novos indicadores ambientais de apoio a gestão municipal de áreas verdes,



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

torne-se imprescindível para um melhor desempenho do município neste viés que vem de encontro com o tema mundial de apoio com ações de combate às Mudanças Climáticas.

O município possui, portanto, um total de 6.477,0 hectares de mata nativa preservada e que não são áreas verdes protegidas (UC's), e pertencem 100% à bacia hidrográfica do Rio Paraná.

Além da permanente necessidade de monitoramento e controle para evitar o desmatamento, em especial na região floresta estacional semi-decidual, em que o município se encontra em maior parte de sua abrangência, é a mais ameaçada de extinção.

Desta forma, o município detectou a ausência de indicadores ambientais específicos, que criam através da relação entre área verdes e áreas verdes protegidas, em função do total do território do município, do qual, estes indicadores não estão contemplados nas fórmulas de cálculo do ICMS Ecológico, e são importantes ferramentas para o planejamento e tomada de decisões ambientais e de desenvolvimento, por parte do município.

Em síntese, o município, na ausência de indicadores ambientais específicos, constata um elevado potencial existente de área verde, e um aproveitamento em ICMS Ecológico extremamente baixos de áreas verdes protegidas existentes.

1.3. ESTIMATIVAS DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

Foram estimadas as quantidades, conforme a tabela abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Total
1	Implantação dos Indicadores Ambientais REBAPP do município de Ramilândia e estabelecimento dos corredores ecológicos de conectividade do município com o projeto REBAPP Mosaico de UC's - Unidades de Conservação do Corredor Ecológico Santa Maria.	SERVIÇO	1	R\$ 112.270,00
Valor Total Global				R\$ 112.270,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO CONTRATANTE

2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

2.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos entregados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR



- 2.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
- 2.4. Solicitar à contratada os esclarecimentos que julgar necessários quanto ao objeto contratado e à execução contratual.
- 2.5. Comunicar à Contratada qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas neste Termo de Referência e no respectivo Contrato, determinando as medidas saneadoras necessárias à sua imediata regularização.
- 2.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos.
- 2.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo de até 30 (trinta dias) após o recebimento do objeto;
- 2.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 2.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA CONTRATADA

- 3.1. Cumprir fielmente, além da Lei nº 14.133/21 o estipulado no Edital, neste Termo de Referência e seus Anexos, na sua proposta e efetuar a confecção e a entrega do objeto na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e de sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 3.2. Cumprir fielmente esta norma, de forma que os serviços relacionados sejam executados com esmero e perfeição;
- 3.3. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato, por todos e quaisquer danos materiais e morais causados à CONTRATANTE pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente.
- 3.4. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR



do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133, de 2021;

3.5. Providenciar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a correção de falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do contrato, prestando os devidos esclarecimentos ao setor de fiscalização da CONTRATANTE;

3.6. Manter, durante toda a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.7. Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhes inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões;

3.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do Contrato decorrente deste Termo de Referência, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente, independente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE.

3.9. A licitante vencedora se obriga a manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O preço global estimado é de 112.270,00 (Cento e doze mil duzentos e setenta reais).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata o presente contrato são oriundos da rubrica:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração

03.01 – Administração Geral do Município

043122.0001.2.005 – Manutenção das atividades do gabinete do secretário de administração

Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres

3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

05.00 – Secretaria Mun. de Agricultura, meio AM., Ind. e Comercio

05.01 – Desenvolvimento Agropecuário

20.606.0001.2.010 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Secretário de Agricultura, Indústria e Comércio



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR



Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

12.00 – Secretaria Municipal de Planejamento
12.01 – Planejamento Geral do Município
04.121.0001.2.070 – Manutenção das atividades de Planejamento e Convenios
Fonte de Recursos – 000 – Recursos Livres
3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

OBS: Conforme instrução normativa da RFB 1234/2012 e DECRETO Municipal Nº 3756/2024 publicado No Diário Oficial do Município 28/08/2024, é obrigatório retenção de Imposto de Renda, conforme tabelas. As Empresas optantes pelo Simples Nacional, isentas, deverão preencher o ANEXO IV e enviar a prefeitura. Demais situações de isenção, verificar no Decreto o anexo que se enquadrem e encaminhar para a Prefeitura – Setor Contabilidade.

Também deverão indicar, em suas notas fiscais, no campo destinado às informações complementares ou, em sua falta, no corpo do documento, por qualquer meio gráfico indelével, a expressão “DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL”, em conformidade com o disposto no artigo 59, §4º, inciso II, da Resolução CGSN nº 140/2018, sob pena de sofrer retenção de ofício.

CLÁUSULA QUINTA – PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

5.1. O prazo de execução dos serviços será de 3 (três) meses, com início em no máximo 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

5.2. A vigência contratual, por sua vez, será a informada no subitem “1.3” do Termo de Referência de Inexigibilidade de Licitação, correspondendo a 6 (seis) meses contados da assinatura do Contrato, sem possibilidade de prorrogação, na forma do Art. 105º da Lei nº 14.133, de 1 de abril 2021.

5.3. Ao final da execução dos serviços, o Contratado será responsável pela entrega, em conformidade com o subitem “1.2” deste Termo de Inexigibilidade de Licitação:

a. Mapeamentos REBAPP dos corredores ecológicos verdes existentes no município de conectividade ao Corredor Ecológico Santa Maria - Portaria Federal do Ministério do Meio Ambiente/IBAMA nº 137 de 09 de outubro de 2.001 e Artigo nº 11 do Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2.002 que regulamenta a Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2.000 (Lei do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) – inciso nº 19 do Artigo 2º.

b. Identificação das UC's existentes e seus posicionamentos geográficos de conectividade ao Corredor Ecológico Santa Maria e ao Parque Nacional do Iguaçu.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

*Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR*

c. Análise técnica e seleção de áreas potenciais para criação de novas UC's prioritárias e/ou de conectividade, para ampliação do Corredor Ecológico Santa Maria (Portaria Federal do Ministério do Meio Ambiente/IBAMA nº 137 de 2.001) e de seleção de corredores prioritários de conectividade verde ao projeto REBAPP Mosaico de UC's do Corredor Ecológico Santa Maria em sintonia com a Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2.000 - Art. 26 e Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2.002 - Art. 11, e definição do potencial de ampliação dos índices REBAPP do município.

d. Da cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART pertinente.

5.4. Caso durante a execução contratual se fizer necessária a protocolação de documentos junto ao Instituto Água e Terra – IAT, esta correrá sob a responsabilidade do Contratado, sendo devidamente fiscalizada pelo servidor responsável pela fiscalização contratual nomeado neste Termo de Inexigibilidade de Licitação;

5.4.1. Ainda, caso forem verificadas pendências indicadas pelo Instituto Água e Terra – IAT, será de responsabilidade do Contratado a adequação dos documentos até a devida aprovação destes.

5.5. Os serviços prestados serão recusados nos seguintes casos:

a. Quando executados em especificações técnicas diferentes das contidas no Termo de Referência de Inexigibilidade de Licitação e da proposta técnica de preços;

b. Quando apresentarem eventuais vícios ou incorreções de execução durante a vigência contratual.

5.6. No caso da recusa dos serviços, estes deverão ser refeitos sem quaisquer ônus ao Município que não sejam realizados dentro do prazo estipulado, o Contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.7. Todas as comunicações a serem realizadas entre as partes serão feitas por correio eletrônico (e-mail), telefone ou ofício.

5.8. O recebimento dos serviços ocorrerá em caráter provisório e definitivo, sendo que:

5.8.1. Os serviços serão recebidos ao fim de sua execução, provisoriamente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização técnica do Contrato resultante deste procedimento administrativo, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Inexigibilidade de Licitação e na proposta.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR



5.8.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade e qualidade dos mesmos e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.8.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada por quaisquer prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato, incluindo por vícios de qualidade ou técnicos, aparentes ou ocultos, ou por qualquer desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo, e verificadas posteriormente.

5.9. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

5.9.1. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Cédula de Identidade.

Registro comercial, no caso de empresa individual.

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.

Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

5.9.2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Fazenda Municipal; e

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.9.3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

O fornecedor deverá anexar Carta Proposta inicial contendo descrição de seu trabalho e forma de atuação, com fotos ou links que elucidam o funcionamento do seu trabalho.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR



Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional do tema abordado equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Municipal do órgão ordenador da despesa.

6.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do empenho/ordem de compra, a fim de acelerar o trâmite de recebimento dos serviços e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto entregue provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

7.4. Solicitar à contratada os esclarecimentos que julgar necessários quanto ao objeto contratado e à execução contratual.

7.5. Comunicar à Contratada qualquer descumprimento de obrigações e responsabilidades previstas neste Termo de Referência e no respectivo Contrato, determinando as medidas saneadoras necessárias à sua imediata regularização.

7.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos;



Prefeitura Municipal de Ramilândia

*Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR.*

7.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo de até 30 (trinta dias) após o recebimento do objeto;

7.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Cumprir fielmente, além da Lei nº 14.133/21 o estipulado no Edital, neste Termo de Referência e seus Anexos, na sua proposta e efetuar a confecção e a entrega do objeto na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e de sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

8.2. Cumprir fielmente esta norma, de forma que os serviços relacionados sejam executados com esmero e perfeição;

8.3. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato, por todos e quaisquer danos materiais e morais causados à CONTRATANTE pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente;

8.4. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. Providenciar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a correção de falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE na execução do contrato, prestando os devidos esclarecimentos ao setor de fiscalização da CONTRATANTE;

8.6. Manter, durante toda a contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR



8.7. Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhes inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões.

8.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do Contrato decorrente deste Termo de Referência, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente, independente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE.

8.9. A licitante vencedora se obriga a manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.

CLÁUSULA NONA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.4. Reunião inicial:

9.4.1. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a reunião inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Termo de Referência de Inexigibilidade de Licitação e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

9.4.2. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, de forma anterior ao início da implantação do sistema;

9.4.2.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

a. A presença do representante técnico e preposto do Contratado, que apresentará os serviços a serem executados;

b. Os esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;



Prefeitura Municipal de Ramilândia

*Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR*



9.5. Fiscalização da execução contratual:

9.5.1. Nos termos do Art. 117º da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante da Administração Municipal para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.5.2. Nesse sentido, a fiscalização técnica e administrativa do Contrato resultante do presente certame ficará sob a responsabilidade do servidor Francisco Azevedo Pinheiro, nomeado pela Portaria nº 4153/2024 e pelo Termo de Designação de Fiscal em anexo a este Termo de Inexigibilidade de Licitação.

9.5.2.1. Será de responsabilidade do representante da Administração Municipal verificar a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhando o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso se fizerem necessários, conforme o previsto no Art. 23º, Incisos I ao VII, do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022.

9.5.2.2. Caso ocorra o descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do Contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do Contrato para que tome as providências cabíveis quando ultrapassar sua competência;

9.5.2.3. Além disso, será também de responsabilidade do(a) representante da Administração acompanhar a execução do Contrato, de modo com que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar melhores resultados à Administração Municipal, conforme o previsto no Art. 22º, Inciso VI do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, seguindo as seguintes rotinas de fiscalização:

9.5.2.3.1. Anotar, no histórico de gerenciamento contratual, todas as ocorrências relacionadas a execução do Contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme o previsto no Art. 117, §1º, da Lei nº 14.133, de 1 de abril 2021, bem como no Art. 22, Inciso II, do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

9.5.2.3.2. Ao ser identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, emitir notificações para a correção da execução contratual, determinando prazo para a correção, conforme o previsto no Art. 22, Inciso III do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR



9.5.2.3.3. Informar ao gestor do Contrato, em tempo hábil, a situação que demandar a decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que então se adotem as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, conforme o previsto no Art. 22, Inciso IV do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

9.5.2.3.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do Contrato nas datas aprazadas, comunicar o fato imediatamente ao gestor do Contrato, conforme o previsto no Art. 22, Inciso V, do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

9.5.2.3.5. Comunicar ao gestor do Contrato, em tempo hábil, o término do Contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, conforme o previsto no Art. 22, Inciso VII, do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

9.5.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do Contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

9.5.4. A fiscalização, por sua vez, não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório, conforme previsão legal no Art. 119º c/c Art. 140º da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2023;

9.6. Gestor do Contrato: Ricardo Celoni Neto, Secretário de Agricultura e Meio Ambiente.

9.6.1. Conforme previsão no Art. 21º do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, será nomeado gestor de Contrato, o qual será responsável por, além de exercer as atribuições previstas no Art. 33º, Inciso I da IN SGD nº 94, de 2022, coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

9.6.1.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência, conforme o previsto no Art. 21º, Inciso II do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR



9.6.1.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme o previsto no Art. 21º, Inciso III do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

9.6.1.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme o previsto no Art. 21º, Inciso VIII do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

9.6.1.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o Art. 158º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, de acordo com o previsto no Art. 21º, Inciso X do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

9.6.1.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, conforme o previsto no Art. 21º, Inciso VI do Decreto Federal nº 11.246, de 27 de outubro de 2022;

9.6.1.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9.7. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso meios alternativos previstos no presente Termo de Inexigibilidade de Licitação para esse fim;

9.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR

9.10. Por fim, a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

10.1. Durante a vigência do Contrato, os valores não serão reajustados.

10.2. Somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no Artigo 124, II, "d" da Lei 14.133/21.

10.3. Não serão liberadas recomposições decorrentes de inflação, que não configurem álea econômica extraordinária, tampouco fato previsível.

10.4. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Compras da Prefeitura Municipal.

10.5. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no Artigo 124, II, "d" da Lei 14.133/21

10.6. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura e PUBLICAÇÃO do Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO

11.1. A presente prestação de serviços pelo **CONTRATADO** ou pelas pessoas designadas pelo mesmo, junto ao **CONTRATANTE**, não caracteriza relação empregatícia sob qualquer forma, ficando sob a responsabilidade do **CONTRATADO**, as obrigações concernentes à legislação tributárias, sociais e trabalhistas, pertinentes aos docentes contratados para o desenvolvimento do curso/evento.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

12.1. A Contratada executará o presente contrato de forma direta, contratando os profissionais que julgar necessário para o bom e fiel desempenho do objeto do presente contrato, assumindo integral responsabilidade, ficando vedada a subcontratação, a não ser com a anuência expressa da CONTRATANTE.

12.2. O regime de execução deste contrato é pela forma de empreitada por preço global.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR



13.1. O contrato terá vigência de 03 meses, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

14.2. Subcontratação: Não será admitida a subcontratação do objeto do presente procedimento administrativo em observância ao §4º do Art. 74º da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, o qual indica: “§ 4º - Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade”.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

16.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou deixar de apresentar amostra; (quando for o caso)
- d) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital; (quando for o caso).

16.1.3. Não celebrar a ata ou contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- a) Recusar-se, sem justificativa, a assinar a ata de registro de preço ou contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR



16.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

16.1.5. Fraudar a licitação;

16.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a)** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b)** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c)** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

16.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a)** Advertência;
- b)** Multa;
- c)** Impedimento de licitar e contratar e
- d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a)** A natureza e a gravidade da infração cometida
- b)** As peculiaridades do caso concreto
- c)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d)** Os danos que dela provierem para a Administração Pública.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

*Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR*



16.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da ata ou contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor da ata ou contrato licitado.

16.4.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.6, a multa será de 15% a 30% do valor da ata ou contrato licitado.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar, será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4 a 16.1.7, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1 a 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR



16.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá o contratante providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

17.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida na cláusula anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá o contratante optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 17.4.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 17.4.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 17.4.3.** Indenizações e multas.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR



17.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

19.1. A legislação aplicável à execução deste contrato, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

20.1. Após assinatura das partes, o extrato deste contrato será publicado no Diário Oficial do Município de Ramilândia/PR (<https://publicacoesmunicipais.com.br/eatos/ramilandia>).

20.2. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

21.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA comprometem-se a cumprir integralmente o contido na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, assim como devem resguardar a integridade e a confidencialidade de todos os dados pessoais recebidos em consequência do objeto do presente contrato, não devendo, em hipótese alguma, utilizar, compartilhar e/ou tratar referidos dados para outros fins, salvo para cumprimento de obrigação legal.



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro
CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000
Fone/Fax (45) 3258 8000
Ramilândia - PR



21.2. O **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** obrigam-se a comunicar formalmente um ao outro, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após o conhecimento do fato, qualquer incidente de segurança que possa ferir os direitos dos titulares de dados pessoais.

21.3. A violação de quaisquer dos compromissos e obrigações estabelecidos neste contrato e/ou nas leis brasileiras em geral dará à **CONTRATADA** o direito de rescindir o presente contrato e aplicar as sanções administrativas previstas neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - SUCESSÃO E FORO

22.1. Fica eleito o foro da Comarca de Matelândia, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Ramilândia, 11 de julho de 2024

ASSINADO DIGITALMENTE
Validade jurídica assegurada
conforme MP 2.200-2/2001,
que instituiu a ICP-Brasil

EDSON DOS SANTOS
102.759.978-80
Emitido por: AC
Certisign RFB G5
Data: 17/07/2024

bry

MUNICIPIO DE RAMILÂNDIA

EDSON DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CPF *.759.978-****

NATIVA BRASIL PESQUISA
TECNOLOGIA E
DESENVOLVIMEN:08648607
000194

Assinado de forma digital por
NATIVA BRASIL PESQUISA
TECNOLOGIA E
DESENVOLVIMEN:08648607000194
Dados: 2024.07.11 16:13:24 -03'00'

NATIVA BRASIL - PESQUISA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

Marcelo Lubas

CPF *.572.319-****

Currículo: Engenheiro Florestal MARCELO LUBAS

Formação: UFPR – Engenharia Florestal; 1.990

Pós-graduação: USP / Vanzolini- Lato Sensu - São Paulo; 1.995

CFP: 610.572.319-91 - RG: 4.164.583-0 ISSPR

3 VEZES PREMIADO COM O TÍTULO DE PROFISSIONAL DESTAQUE CREA-PR
ÚNICO PROFISSIONAL DE ENGENHARIA DO ESTADO DO PARANÁ PREMIADO POR 3
VEZES COMO PROFISSIONAL DESTAQUE DO CREA-PR

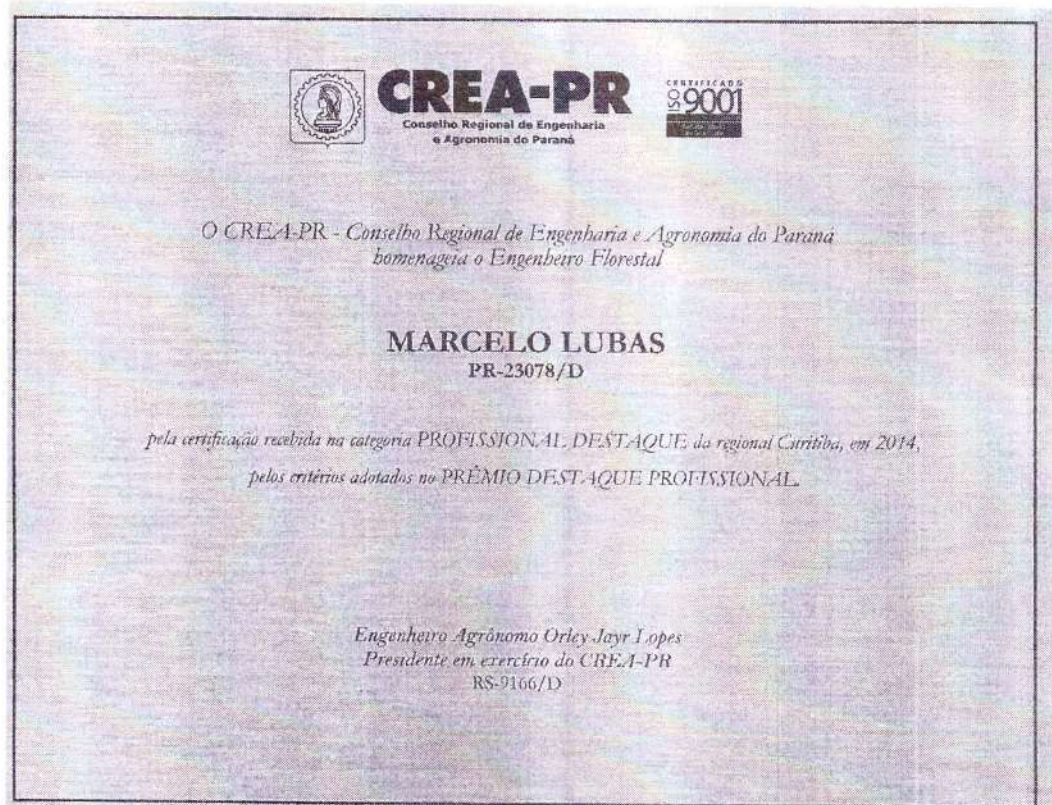
ANOS DE:

2014 – Quantificação de Carbono sequestrado da atmosfera em resíduos de madeiras da
Amazônia (pastilhas de madeiras)

2017 – Criação do modelo de Campanha Paranaense de Educação Florestal

2021 - Plano Municipal PMIC do ICMS Ecológico e REBAPP

2014



São-joseense recebe prêmio destaque do CREA Paraná 2014

O engenheiro florestal Marcelo Lubas foi eleito pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) do Paraná para receber o troféu "Profissional Destaque 2014". A homenagem, concedida pelos profissionais e entidades de classe que compõem a governança cooperativa do Crea, será entregue hoje (7), no Hotel Mabu Thermas & Resort, em Foz do Iguaçu.

Marcelo Lubas é nascido em São José dos Pinhais, casado com Leila Cristina da Anunciação Lubas e tem dois filhos; Henrique e Willian. É formado em engenharia florestal pela Universidade Federal do Paraná e pós-graduado em Gestão Industrial pela Universidade de São Paulo. Em junho deste ano, Lubas recebeu na Câmara Municipal de São José dos Pinhais o Certificado de Responsabilidade Ambiental de 2014, uma proposição dos vereadores Carlos Machado e Assis Manoel Pereira.



Na imagem, Marcelo Lubas durante homenagem na Câmara Municipal de São José dos Pinhais

2017

Certificado de Premiação

PROFISSIONAL DESTAQUE

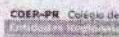


O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, por meio de seus colegiados: Colégio de Entidades de Classe do Paraná, Colégio de Inspectores e Colégio de Instituições de Ensino, registra a indicação do profissional

Eng. Ftal. Marcelo Lubas

na categoria PROFISSIONAL DESTAQUE 2017, pelos critérios adotados no Prêmio Destaque Profissional.

Eng. Agr. Nilson Cardoso
Presidente em Exercício do Crea-PR
PR-11.626/11



PROJETO PREMIADO PELO CREA PR' 2021



Criador da Técnica – Diagramas das Araucárias do Paraná

Técnica que foi reconhecida, certificada e premiada pela

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL como:

NOVA TECNOLOGIA SOCIAL

15/03/2017

Consulta de ART



**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ**

ART: 20073001658

Profissional: MARCELO LUBAS Carteira: PR-23078/D

Título Formação Prof.: ENGENHEIRO FLORESTAL

Empresa: Registro:

Tipo de Contrato: 4-PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Ativ. Técnica: 8-ENSINO, PESQUISA, ANÁLISE, EXPERIMENTAÇÃO, EXTENSÃO

Área de Comp.: 8214-SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS DE ENG FLORESTAL

Tipo de Obra: 135 - OUTRAS OBRAS/SERVICOS

Servicios Contratados

35 PROJETO

Dim/Otde: 1 UNID

Dados Compl.: 0

Data de Início: 19/12/2007

Data de Conclusão: 30/07/2008

Entidade de Classe: 0 Vlr. Obra: 1,00 Vlr. Serviço: 1,00

Vir. Pago: 29,00 Data de Pgto.: 20/12/2007

Situação da ART: OBRA/SERVICO EM ANDAMENTO

Data da Baixa: -

Descrição Complementar

PROJETO DIAGRAMAS DAS ARAUCÁRIAS DO PARANÁ - TRATA-SE DE UMA METODOLOGIA DE PROJETO DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL UTILIZANDO-SE DE FIBRAS SOLTAS E SECAS (SAPEIS QUE CAEM NATURALMENTE DOS PINHEIROS) DAS ARAUCÁRIAS, SENDO, ATRAVÉS DE TRATAMENTOS, COLETADAS, ARMAZENADAS, PREPARADAS E MONTADAS EM DIAGRAMAS.

Verso da ART

METODOLOGIA DE PROJETO NA ÁREA DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL - COM FIBRA NATURAL SUSTENTÁVEL DE ARAUCÁRIA.



Técnica criada pelo Eng. Marcelo Lubas foi aplicada e desenvolvida na ASSOCIAÇÃO ASSOPINHO-PR.

RECONHECIMENTO NOTÓRIO DA SUA CIDADE-NATAL – São José dos Pinhais – PR

Título de RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Emitido pela Câmara Municipal de Vereadores



Outras premiações destaques do autor – área ambiental

Autor PREMIADO PELO MINISTÉRIO DA CULTURA/FUNARTE

Pela Obra: **MEMÓRIA E SUSTENTABILIDADE**

